

Cultura e Democracia: a memória, o património e a construção de identidades

Conferencista

Prof. José Eduardo Franco

Especialista em História da Cultura, poeta, ensaísta e jornalista.

2º
CONFERÊNCIA

INTRODUÇÃO

QN
QUARTO NACIONAL

ARQUITECTURA
JARDIMES

APOIO

AROUCA
ARQUITECTURA



Memória

CONFERÊNCIAS DE AROUCA

“Cultura e Democracia: a memória, o património, e a construção de identidades”

Introdução

Intelectuais e pensadores têm-se dedicado desde há muito a reflectir sobre Portugal e os Portugueses. Os escritores da geração de 70, Fernando Pessoa, Teixeira de Pascoais, o antropólogo Jorge Dias, Eduardo Lourenço, Manuel Antunes são exemplo disso.

O que é que nos identifica? O que é que nos torna diferentes dos outros povos?

Um país com fronteiras antigas que se constituiu em antagonismo com outros reinos peninsulares e ao qual, também por essa razão, o mar se apresentou não como uma escolha, mas como uma evidência.

Dessa viagem, do contacto com culturas e civilizações diferentes, nasceu arte e nasceu literatura e quem sabe essa capacidade de adaptação e de sobrevivência que segundo Fernando Pessoa nos caracteriza. Não foi por acaso que Hergé fixou na figura do Sr. Oliveira da Figueira, o português que mesmo no deserto sobrevive, vendendo até o que não é necessário.

E outras viagens se sucederam, as da emigração que puseram mais uma vez à prova a nossa capacidade de resistência e que também deixaram marcas naquilo que somos.

E todas estas viagens trouxeram afastamento e ausência que estão certamente na origem do saudosismo que Pascoais converteu em movimento estético e filosófico.

Nos nossos dias, Portugal, na sua dimensão europeia, tem novos desafios e, para os enfrentar, a sua presença no mundo e o seu passado e património também poerão ser uma mais-valia.

Um país moldado pelos altos e baixos da sua história, pelo que da sua história se constituiu em memória.

Memória, património e construção de identidade são conceitos interligados e interdependentes. Património é a própria memória do passado, aquilo que herdamos e que nos identifica. Não é no entanto um conceito estático, cada geração poderá trazer criatividade à sua conservação e fruição, poderá desenvolvê-lo e acrescentá-lo.

“Somos aquilo que são as nossas memórias” diz George Steiner. Um ser humano sem memória é um ser em desagregação. O mesmo poderá acontecer com os povos.

Num dia de feira em Arouca ouvi uma mulher da serra, emigrante, dizer a outra: “A gente passa muitos trabalhos, mas agora com este cheirinho a queiró tudo esquece.” Este cheirinho a queiró é o sentimento de pertença, de familiaridade e conforto que nos dá a nossa casa, é a nossa memória o nosso património e a nossa identidade.

Conferência do Prof. José Eduardo Franco

A conferência do Prof. José Eduardo Franco centrou-se numa reflexão sobre a construção da identidade ao longo da nossa história da Cultura.

Começou por referir aquilo que designou como Nova Literatura da Identidade Portuguesa, que surge a partir do começo do regime democrático e que se iniciou com duas obras de referência que são “O Labirinto da Saudade” de *Eduardo Lourenço* e “Repensar Portugal” do *Padre Manuel Antunes*. Como acontece nas grandes mudanças de regime foi necessário repensar a identidade, assistindo-se a uma proliferação de obras com tema adequado ao momento político e à reflexão sobre o futuro. Ao longo da sua História, Portugal foi sempre uma preocupação dos intelectuais portugueses, tendo cada tempo a sua literatura da identidade própria. Acontece nos momentos de fundação e refundação, nos momentos de euforia ou depressão. Aconteceu na altura das descobertas, e sobretudo durante o domínio espanhol em que proliferou a literatura da identidade como resistência.

De seguida foram referidos diversos aspectos a ter em conta na construção da nossa identidade. Uma nação, para o ser, desenvolve no seu discurso identitário aquilo a que chamou “*pontos de afirmação mítica*”.

O primeiro ponto consiste na resposta à pergunta – “Donde viemos?” – A partir dos sécs XVI-XVII idealizam-se as origens de Portugal com a narrativa do Milagre de Ourique, das origens divinas de Portugal ou ainda outra teoria, a da antiguidade bíblica, que faz recuar a origem de Portugal aos patriarcas bíblicos. Processo de mitificação das origens para legitimar a grandeza da fundação de um reino, dar-lhe um bilhete de identidade divino.

Uma nação precisa, igualmente, de consolidar no seu discurso identitário uma narrativa épica como

resposta à pergunta: “O que fizemos de importante que nos permitiu caminhar juntos na história?” – Neste ponto poetas e historiadores apontam a reconquista cristã e a narrativa da expansão como duas epopeias que deram sentido a essa caminhada.

O terceiro ponto consiste na existência de uma Idade de Ouro de referência. A maioria dos autores concorda ser a época dos descobrimentos a idade paradigma da nossa história.

Por último a resposta à pergunta – “Para onde vamos?” – autores como Padre António Vieira, Fernando Pessoa, Natália Correia ou Agostinho da Silva encontram no mito do Quinto Império resposta a esta questão.

Eduardo Lourenço refere que Portugal é um país inviável que sempre se viabilizou, possuindo uma produção identitária constante como factor de resistência. Dalgum modo Portugal vê-se como povo eleito. Um país que tem um destino, um papel especial no mundo.

Outro aspecto a realçar na nossa construção identitária é a necessidade de *pontos de negação*. Neste caso estão o discurso anti-castelhano; o discurso anti-islâmico; o discurso anti-semita e o discurso anti-jesuíta.

Precisamos igualmente de *pontos de fuga* que se foram sucedendo ao longo da história: a conquista de Ceuta e o início da expansão correspondem a uma procura de pontos de fuga para sobreviver; novos portos em África, o oriente e, mais tarde, o Brasil e novamente África, para recuperar meios de sustentação que nos permitam sobreviver política e economicamente. Com a democracia a Europa surge como nosso ponto de fuga.

Por último os *pontos de espelho*. A Europa sempre foi para nós a meta, o palco e o espelho do nosso reconhecimento. O complexo de cauda da Europa surge a partir do Marquês de Pombal e é enfatizado no séc. XIX, sendo o contrário do que acontecia no séc. XVI em que tínhamos o complexo de cabeça da Europa. Examinamos nesse espelho europeu o grau do nosso sucesso ou retrocesso.

O Professor José Eduardo Franco falou igualmente da importância da relação igreja/estado na construção da nossa identidade, adequando a essa relação aquilo a que chamou metáfora conjugal. Temos, assim, um primeiro e longo momento de casamento perfeito, com alguns arrufos, podendo considerar-se que desde o nascimento da nacionalidade a igreja e o estado estão irmanados. A igreja colaborou materialmente, nomeadamente com as ordens militares, na reconquista cristã e no povoamento e estabelecimento do território. Colaborou simbolicamente no fornecimento do material simbólico representado no escudo da nossa bandeira e também culturalmente se lembrarmos os mosteiros como estruturadores da cultura portuguesa, fornecendo igualmente um conteúdo espiritual.

Em meados do séc. XVIII começam a surgir conflitos: a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal e mais tarde, em 1834, a extinção das ordens religiosas. Com a implantação da república dá-se o divórcio com a separação da igreja do estado.

Com o Estado Novo mantém-se o divórcio, mas existe colaboração e cooperação naquilo a que se pode chamar um sistema de união de facto.

Com a democracia surge o que caracterizou como uma relação poligâmica. Uma democracia plural e respeitadora das diferenças, atendendo a outras expressões religiosas dando origem à construção de poli-identidades.

Terminou citando o Padre Manuel Antunes: "Fez-se a revolução política agora é necessário uma revolução ética".

Seguiu-se um espaço de debate em que o Prof. José Eduardo Franco respondeu e esclareceu o público sobre questões que lhe foram colocadas.

Março de 2018